

DIFICULDADES NO ACOLHIMENTO DE DISCENTE COM PARALISIA CEREBRAL NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO

Autor: Hanniman Denizard Cosme Barbosa Instituição: Instituto Federal da Paraíba – Campus Sousa E-mail: <u>denizard_ipa@hotmail.com</u>

Autor: Maria Aparecida Damião de Sousa

Instituição: Instituto Federal da Paraíba – Campus Sousa

E-mail: aparecidads2011@hotmail.com

Autor: Anderson Savio de Medeiros Simões

Instituição: Instituto Federal da Paraíba - Campus Sousa

E-mail: anderson.simoes@ifpb.edu.br

Autor: Genicleide Limeira de Sousa

Instituição: Instituto Federal da Paraíba - Campus Sousa

E-mail: genicleide2@hotmail.com

Introdução

As políticas públicas brasileiras nos âmbitos federal, estadual e municipal, na esteira de orientações e propostas mundiais, estão marcadas, especialmente a partir da última década do século passado, pela narrativa da educação inclusiva (Silva et al., 2012)

Estudos realizados sobre acesso e permanência de estudantes com necessidades especiais nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil demonstram que as iniciativas são isoladas e insuficientes no sentido de lhes proporcionar apoio psicopedagógico para atender suas demandas (Pacheco & Costa, 2005).

Os contextos educacionais, entre os quais as IES, são responsáveis pela promoção da cidadania e, como tal, têm o dever de oportunizar e incentivar a educação para todos. A este respeito, é possível estender a reflexão um pouco mais além, pois, nos dias atuais, os professores universitários e os demais envolvidos com esta etapa de ensino formal não podem mais se omitir do envolvimento com o novo paradigma da educação, dado que o reconhecimento e a valorização da diversidade humana, na qual se encontram as pessoas com algum tipo de deficiência, são princípios da educação nacional (Castanho & Freitas 2005).

Para tanto, a resposta da escola ao atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência só será possível mediante mudanças que



possibilitem sua organização para eliminação das barreiras atitudinais, pedagógicas, de comunicação, arquitetônicas, entre outras, como afirma Dutra e Griboski (2006, p. 21),

Diante do exposto, essa pesquisa teve como objetivo mensurar as dificuldades enfrentadas por um discente com paralisia cerebral (DPC) para levantamento das possíveis soluções em uma IES localizada na cidade de Sousa-PB.

Metodologia

A investigação descritiva adotou uma abordagem qualitativa, utilizando-se do método Estudo de Caso. O estudo foi realizado em uma Instituição de Ensino Superior da rede federal de ensino, localizada no município de Sousa-PB, no período de março de 2013 até julho de 2014. O discente estudado apresenta diagnóstico de paralisia cerebral leve, com limitações motoras moderadas, quadros constantes de ansiedade e uso de medicamentos ansiolíticos. Durante o período da pesquisa, o discente esteve cursando disciplinas do quarto e quinto períodos do curso superior. Foi utilizada a técnica de entrevista aberta com finalidades exploratórias, para o detalhamento de questões e formulação mais precisas das dificuldades educacionais. Em relação a sua estruturação o entrevistador introduziu o tema e o discente teve liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. Foi uma forma de poder explorar mais amplamente as dificuldades. As perguntas foram respondidas dentro de uma conversação informal. A interferência do entrevistador foi à mínima possível, assumido uma postura de ouvinte.

Resultados e discussão

Durante o período das entrevistas foram analisados aspectos do desenvolvimento mental e cultural, dentro e fora da IES, pela mediação das práticas sociais e educacionais experimentadas no processo de formação da discente. Ressalte-se que durante análise do material escrito das aulas experimentadas pela discente, percebe-se que a prática de ensino da maioria das disciplinas é centrada em codificação e decodificação de conceitos, estando desvinculada de um trabalho em torno da compreensão de usos e



funções. Nessa perspectiva, torna-se importante conhecer um pouco do processo de escolarização da discente. Na época da pesquisa, o discente tinha 27 anos, era solteiro e reside com os pais. O ensino fundamental ocorreu em uma escola de zona rural no interior da Paraíba. Na idade de 22 anos, terminou o ensino médio em um escola estadual da cidade onde residia. Durante essa fase de formação, houve momentos que o processo de ensino-aprendizagem foram negligenciados, conforme exposto no relato abaixo:

"Muitos professores me colocava pra fazer trabalhos em grupo, por não acreditar que poderia fazer sozinha e os colegas não dividiam as atividades comigo, pois não acreditavam que eu seria capaz de fazer, por causa do meu tremor..."

Como se vê, o contexto educacional vivenciado pela discente reflete condições de exclusão, onde as possibilidades de aprendizado eram refutadas, seja por falta de formação dos agentes educacionais ou simplesmente para não gerar uma situação de constrangimento, ao não conseguir completar a atividade proposta. Tudo isso combinado influenciou negativamente à escolarização e produziu acentuados desníveis educativos. A discente relata, também, que em sua infância sempre foi muito protegida pela família e que tinha o incentivo para estudar. Em 2012 a discente matriculou-se na IES onde essa pesquisa foi realizada.

As lacunas de formação e de interação social ficaram mais evidentes durante as aulas no ensino superior, onde o discente relata problemas sempre numa perspectiva coadjuvante:

"...as minhas dificuldades foi e ainda é de estar em sala de aula sem entender nada, o professor explica e eu entendo mais na prática não sei. Sofrei o preconceito da coitada, que todos tinham pena, por ser uma pessoa com deficiência, que nada sabia e ninguém interagia comigo..."

Observa-se que a discente não remonta em momentos algum que o "sem entender nada", poderia estar relacionado com problemas de formação no



ensino fundamental e médio. As falhas de formação foram percebidas por alguns docentes, alguns assumiram uma postura similar aos professores do fundamental, realizando atividades em grupo, mas outros explicitaram de maneira minimalista essas falhas:

"...outro momento que me doe muito, foi quando um docente olhou pra min e falou: você não sabe de nada. Me deixou muito triste, mais ao mesmo tempo me fez crescer para mostra que eu sou capaz."

Em função das limitações motoras, o ato de copiar do quadro para o caderno torna-se um problema:

...a dificuldade de escrever, às vezes, os professores não esperam eu copiar as atividades... me sinto muito com isto."

Essa questão poderia ser facilmente resolvida com a entrega impressa do material de sala, entretanto há resistência do discente e de alguns professores na confecção do material.

No âmbito institucional o discente ressalta o papel desempenhado pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que iniciou uma atividade de acompanhamento em março de 2013:

"... o grupo NAPNE e eu... decidimos que seria melhor residir em Sousa, pois morando com meus pais (em outra cidade) seria difícil realizar atividades de acompanhamento e contra turno. Meus pais me apoiaram muito e fui morar em Sousa, nunca havia saído de casa, foi um desafio para min e está sendo até hoje, um mundo completamente diferente do que vivia. Fui aprendendo cada vez mais e perdi o medo de falar com os professores de fazer perguntas em sala de aula, hoje ainda tenho medo, mas é menor."

O modelo de acompanhamento em contra turno, ocorre em momentos fora de sala de aula, com os docentes das disciplinas que o discente esta regularmente matriculado, nesses momentos dúvidas e questões formativas podem ser melhor trabalhadas, pois há uma interação maior entre as partes. Entretanto estruturar horários entre o discente e os docentes tem-se mostrado um desafio,



pois não há no projeto político pedagógico a figura do acompanhamento em contra turno para alunos do ensino superior. Apesar dos aparentes benefícios dos trabalhos de contra turno, é necessário um período maior de avaliação para mensurar sua validade pedagógica.

Conclusão

A pesquisa aponta, a necessidade de se desenvolver, no âmbito da IES, programas de formação para os profissionais da educação para atuarem com portadores de paralisia cerebral. Essas ferramentas deverão servir de apoio à comunidade acadêmica para congregar as ações existentes, no que se refere a questões de acessibilidade como aquelas relativas à inclusão social, principalmente nas atividades de sala de aula. Atividades de nivelamento e contra turno são indicadas para reduzir os desníveis de formação que correram ao longo da formação acadêmica do discente.

Referências

CASTANHO, D. M.; FREITAS S. N. Inclusão e prática docente no ensino superior. Revista Educação Especial, Santa Maria, n. 27, 2005. Disponível em: http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2006/01/a6.htm>. Acesso em: 9 Ago. 2014.

DUTRA, C. P.; GRIBOSKI, C. M. Educação inclusiva: um projeto coletivo de transformação do sistema educacional. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE GESTORES E EDUCADORES, 3., 2006, Brasília. Ensaios Pedagógicos. Brasília: MEC/SEESP, 2006. p. 17-23.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Acolhendo e atuando com alunos que apresentam paralisia cerebral na classe regular: a organização da escola. Rev. bras. educ. espec. 2007, vol.13, n.1, pp. 111-130.

PACHECO, R. V.; COSTAS F. A. T. O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. Revista Educação Especial, Santa Maria, n. 27, 2005. Disponível em: http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2006/01/r12.htm >. Acesso em: 8 Ago. 2014.

SILVA, Ani Martins; CYMROT, Raquel ; D'ANTINO, Maria Eloisa Famá. **Demandas de docentes do ensino superior para a formação de alunos com deficiência**. Rev. Bras. Estud. Pedagog.. 2012, vol.93, n.235, pp. 667-697.